

Quando as críticas ao decreto das armas desnudam uma crise em nossa sociedade

Claudio Mano

Mestre em Ciência da Religião e Bacharel em Filosofia pela UFJF,
Membro do Centro de Pesquisas Estratégicas “Paulino Soares de Sousa” da UFJF.

cmpostal@gmail.com

Um vencedor nas urnas, passados poucos dias de empossado no cargo, surpreende por cumprir com a palavra dada a seus eleitores: volta a ser possível no Brasil a aquisição de armas de fogo pelos cidadãos de bem. O que se passa, é que a lei do desarmamento de 2003 estabelece a necessidade de ser apresentado um motivo para adquirir-se uma arma. Nos governos anteriores, a má vontade em relação ao tema, fazia com que critérios subjetivos desconsiderassem a maioria das justificativas apresentadas. Daí a obtenção legal de uma arma de fogo ser extremamente difícil. Sob a batuta do novo presidente, foi editado um decreto que reconhece a alta taxa de homicídios que aterroriza o país como justificativa válida. Deste modo, atendidas as demais exigências legais, a compra da arma de fogo está assegurada.

Mas, como em qualquer ação, uma reação faz-se presente. Em que se sustentam então as críticas ao recente decreto? Uns apontam que, em havendo uma arma de fogo disponível na residência, brigas de casais tenderão com mais frequência a degenerar em feminicídio. Outros, veem as crianças como vítimas potencial do uso acidental dos revólveres e pistolas indevidamente guardados. Isso, sem falar na triste situação quando um pai confunde a chegada de seu filho no meio da madrugada com a invasão de um assaltante, resultando, para muito além da eventual perda de uma vida, na ruína mesmo de toda uma família. Ainda existem aqueles que sustentam que os bandidos sempre agem de surpresa e, portanto, a posse da arma de fogo na residência na verdade é inútil, causando muito mais danos que benefícios.

Quanto aos que apoiam o decreto, estes acreditam que agora, face o perigo iminente dentro do próprio lar, eles poderão decidir por si próprios se preferem entregarem-se de joelhos à misericórdia dos facínoras – ato obrigatório na falta de uma arma – ou arriscar

reagir. As ressalvas, por parte dos que respiram mais aliviados após a edição do decreto, fica por conta, principalmente, do fato da justificativa de compra da arma de fogo estar condicionada a um índice de violência que irá variar com o tempo. Assim, o declínio no número de homicídios que todos desejamos, tornaria incerto, no futuro, a posse das armas. A arma de fogo equaliza a força entre o forte e o fraco. Ela reduz a desvantagem de quem está só enfrentando muitos. Sem que a posse da arma de fogo seja reconhecida como um direito ao invés de uma concessão discricionária do Estado, o direito à legítima defesa expresso em nossa constituição não passaria de balela.

Neste ponto, tendo sido apresentadas algumas percepções sobre o tema, como esse imbróglio sobre as armas contribui para identificar uma crise em nossa sociedade? O simples antagonismo entre as opiniões – ser contra ou a favor à posse de armas –, pouco auxilia em nossa análise pois, como já bem observado por Protágoras (481-411 a.C), sempre “em relação a qualquer assunto há duas afirmações contraditórias” e, por vezes, ambas verdadeiras. Precisamos, portanto, ir um passo além e procurar decifrar o amago da questão que se oculta por detrás dos argumentos e justificativas que amparam o raciocínio de cada uma das partes. Em síntese, de um lado, temos os que acreditam em que, banindo os meios para a prática do mal – as armas –, toda uma sorte de incidentes irreparáveis simplesmente deixaria de existir. De outro, surgem aqueles que, vislumbrando a efetiva possibilidade da violação de seu lar, temem, se desarmados e indefesos, serem brutalizados e mortos dentro de suas casas.

Chegamos então ao fulcro da questão. Os que apoiam a posse de armas, entendem que decisões graves com as quais podemos nos deparar, como por exemplo, assumir as responsabilidades inerentes à compra de uma arma de fogo ou mesmo arcar com os riscos e as consequências de se envolver em uma reação armada, são de competência exclusiva do indivíduo. Não caberia a um terceiro, sempre distante das circunstâncias que a realidade nos contempla, cercear *a priori* sua autonomia. Quanto aos contrários às armas, estes parecem imbuídos de uma clarividência que lhes foi conferida por suas boas intenções e assim, identificando-se incontestes com o que presumem ser o anseio coletivo por segurança e paz, sentem-se justificados para tentar impor suas restrições sobre toda a sociedade. Os primeiros exaltam o valor do discernimento individual enquanto que os últimos, estes optam por fomentar a escassez de alternativas que aliviaria os indivíduos do fardo da responsabilidade.

Se é certo que as leis buscam dotar os membros de uma sociedade de uma referência externa que lhes permita regular seus interesses individuais face aos objetivos coletivos, também é razoável considerar que estas regras não deveriam ultrapassar os limites do interesse público. Quando uma legislação visa modelar a sociedade a partir da codificação de

todo e qualquer comportamento, ela acaba por se imiscuir na vida privada de cada um de nós e, como consequência, ao limitar nossas escolhas, paulatinamente acaba por minar nossa capacidade de julgamento. Em nossa opinião, esta é a crise que a discussão sobre as armas deixa transparecer: o brasileiro vem perdendo sua capacidade de decidir por si próprio em favor de uma submissão irrefletida à opinião dita majoritária. Quando alguém ousa assumir os riscos e agir em função de sua consciência, isso causa no público espanto, medo e reprovação.

O decreto sobre as armas assinado pelo novo presidente, em nosso entendimento, apresenta-se então como um primeiro passo rumo a restituir em todos nós o gosto pela responsabilidade individual e pela confiança mútua que nos vem sendo solapada. Quem sabe, a partir daí, testemunhemos a gradual revisão das inúmeras leis e decretos que, sob a louvável pretensão de proteger a coletividade, na verdade, somente tem tornado a vida dos cidadãos honestos um inferno sem que, em contrapartida, viceje o bem-estar em nossa sociedade. Superada a crise de independência, responsabilidade e compromisso que sugerimos existir, e esta é a nossa esperança, não será mais o medo da punição prevista em lei e sim o orgulho interior de fazer bem feito e por escolha própria que passará a nortear nossa conduta cotidiana.